

A hand in a grey suit jacket is placing a wooden block on top of a stack of other wooden blocks. On top of the stack, a tiny figure of a person in a blue shirt and black pants is standing with arms raised, holding a circular object. The blocks have various icons: the top block has a dollar sign, the second has four dollar signs, the third has four 'S' symbols, the fourth has a hierarchy chart, a pie chart, and a bar chart, the fifth has four gears, the sixth has two megaphones and two person icons, the seventh has four person icons, and the eighth has a row of person icons. The background is a blurred grey suit jacket.

**ELÓI MARTINS SENHORAS  
(ORGANIZADOR)**

# **GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E DA SOCIEDADE CIVIL**

A black and white photograph showing a hand in a suit jacket placing a wooden block on top of a stack of other wooden blocks. The stack is built on a white surface. The blocks have various business-related icons: a person with a megaphone, gears, a pie chart, a bar chart, and a person silhouette. A small figure of a person stands on the top block, holding a megaphone. The background is a blurred office setting.

**ELÓI MARTINS SENHORAS  
(ORGANIZADOR)**

# **GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E DA SOCIEDADE CIVIL**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão



Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G393    Gestão de organizações públicas, privadas e da sociedade civil  
 [recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta  
 Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-86002-80-5  
 DOI 10.22533/at.ed.805200804

1. Administração pública. 2. Gestão da qualidade total.  
 I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 352.357

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O campo de estudos em Administração tem emergido entre os séculos XX e XXI como uma frutífera arena de renovação nas ciências, o que repercute em uma clara ampliação de temas e atores envolvidos ao longo do tempo que são observados à luz de um olhar que simultaneamente é comprometido com a explicação das realidades concretas e com a prescrição de planos e estratégias para as organizações.

Corroborando com a agenda de estudos administrativos no Brasil, o presente livro, “Gestão de Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil”, tem definido em seu título o objetivo de apresentar uma plural agenda de estudos com base em pesquisas desenvolvidas pela comunidade científica nacional sobre modelos de gestão da realidade organizacional *lato sensu* do país.

Fruto de um trabalho coletivo engendrado por quase cinquenta pesquisadores, oriundos de instituições de ensino superior públicas e privadas de todas as regiões brasileiras, esta obra traz contribuições que valorizam a pluralidade e a construção científica do campo de Administração da partir de um trabalho interinstitucional no país.

Organizado em dezenove capítulos, este livro foi estruturado por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente, na qual os três primeiros capítulos exploram estudos de gestão público-privada, passando para cinco capítulos focalizados na gestão pública, até se chegar aos dez capítulos seguintes que abordam estudos de gestão privada.

No primeiro eixo de capítulos, sobre gestão público-privada, são abordadas de modo genérico as diferenças e convergências entre a Administração Pública e Privada, bem como de modo específico as relações virtuais de consumo e o papel regulatório do Estado, além daquelas relações entre o Setor Público e o Setor Privado na produção do *American Way of Life*.

No segundo eixo de capítulos, focalizado em gestão pública, as pesquisas apresentadas abordam diferentes exemplos de sistemas de gestão e de governança pública no Brasil, a partir de um olhar específico de estudos de casos sobre políticas públicas, respectivamente identificados por análises sobre as políticas orçamentária, de saúde, segurança pública, controladoria e infraestrutura.

No terceiro eixo de capítulos, sobre gestão privada, dois capítulos apresentam uma natureza teórica em contraposição a oito capítulos com estudos de casos empíricos, os quais em sua totalidade exploram temáticas com foco setorial (mercado acionário e comércio varejista), bem como em organizações de ensino superior, em empresas multinacionais, ou, ainda relacionadas a empreendedores.

A fundamentação para o desenvolvimento destes dezoito capítulos reside em um recorte teórico plural, mas cujo recorte metodológico exploratório, descritivo

e explicativo possibilitou, tanto, a convergência de procedimentos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados, quanto, a adoção diferenciada de técnicas de hermenêutica, estatística e análise de discurso na interpretação dos dados.

Com base nas análises e discussões construídas ao longo dos dezoito capítulos exibidos nesta obra, há uma rica contribuição teórica, metodológica e empírica para o enriquecimento deste plural e crescente campo de estudos científicos em Administração no Brasil, o qual cada vez mais se amplia em suas agendas, temas e atores em razão de produções como esta, que vislumbram o debate a partir de um esforço interinstitucional coletivo.

Em nome deste frutífero trabalho coletivo de pesquisadoras e pesquisadores, comprometidos com as realidades organizacionais públicas, privadas e da Sociedade Civil, bem como com a própria construção de um rico e plural campo de estudos em Administração no Brasil, convidamos você para explorar conosco as diferentes facetas teóricas e empíricas nos temas abordados ao longo deste livro.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DIFERENÇAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PRIVADA	
David Nogueira Silva Marzzoni Leonnam Massias Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
RELAÇÕES DE CONSUMO VIRTUAIS E A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL	
Pablo Martins Bernardi Coelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A EFERVESCÊNCIA ALÉM DOS COPOS: UMA REFLEXÃO SOBRE O PRODUTO COCA COLA E O <i>AMERICAN WAY OF LIFE</i>	
Patrícia Maragoni Machado de Almeida Joyce Gonçalves Altaf Luciano Alves Nascimento Márcio Moutinho Abdalla	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
ROLAGEM DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	
Gustavo Celeste Ormenese	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
A GESTÃO DE AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	
Albrendell Andrade Ferreira Hellen de Paula Silva da Rocha Tereza Cristina Abreu Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>67</b>
REGRESSÃO MÚLTIPLA COMO INSTRUMENTO DE EXPLICAÇÃO DO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA NO BRASIL EM 2014	
Americo Matsuo Minori Afonso Fonseca Fernandes Heber José De Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
COMPONENTES DE GOVERNANÇA INTELIGENTE PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	
Rafael Larêdo Mendonça Cynthia Meireles Mário Margalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008047</b>	



<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>94</b>
ESTRUTURA E MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DE PARNAÍBA: IMPACTOS DO ESCOAMENTO DA ÁGUA PLUVIAL	
Andressa Santos Ferreira Ana Gabriella Esmeraldo Barbosa Mara Águida Porfírio Moura Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008048</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>101</b>
PLANEJAMENTO DE CARREIRA PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE VALENÇA – RJ	
Thiago Calixto Mesquita Alessandra dos Santos Simão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8052008049</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>116</b>
PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE ATUAM EM PROGRAMAS <i>STRICTO SENSU</i>	
Leticia Gracietti Cristina Keiko Yamaguchi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080410</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>127</b>
CONSULTORIA E GOVERNANÇA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR - UMA ABORDAGEM DA GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Cleverson Tabajara Vianna Luciane Stallivieri Fernando Álvaro Ostuni Gauthier	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080411</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>147</b>
O USO DO <i>COMMONKADS</i> NA METODOLOGIA LEAN SIX SIGMA	
Eduardo Zeferino Máximo Phillipi de Macedo Coelho Andreici Vedovatto João Artur de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080412</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>159</b>
BALANCED SCORECARD: UM ESTUDO SOBRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO DA EMPRESA VALE S/A COM BASE NESSA FERRAMENTA DE GESTÃO	
Ingrid Pedro Freire Louro Fábio Braun Silva Marcelo Silva Alves Paulo Roberto Miranda de Oliveira Thiene Diniz Braun Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>172</b>
PLANO DE NEGÓCIO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA BAHIA	
Cassiana Santos da Silva Farias Manoel Joaquim Fernandes de Barros Livia Veiga de Oliveira Bispo Eder Batista Reges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>184</b>
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA PARA TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA RAVIERA MOTORS BMW SITUADA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PA	
Antônio Renato Bezerra Noronha André Luis Lopes Rezende	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>198</b>
METODOLOGIA PARA SELEÇÃO DO MÉTODO DE PREVISÃO DE DEMANDA DE ITENS PROMOCIONAIS NUMA EMPRESA DO RAMO VAREJISTA DO RIO DE JANEIRO	
Aline Vasconcellos Guedes Lima Fábio Braun Marcus Brauer Marcelo Silva Alves Denílson Queiroz Gomes Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>211</b>
QUALIDADE DA AUDITORIA, GOVERNANÇA E VALOR DE MERCADO: UM ESTUDO PARA O MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO ENTRE 2010 E 2017	
Naiara Leite dos Santos Sant' Ana Paulo Celso Pires Sant' Ana Aureliano Angel Bressan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>232</b>
IFRS 16: IMPACTO DA CONTABILIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIS OPERACIONAIS NO SETOR DE TRANSPORTE AÉREO	
Tatiane Ribeiro Mônica Aparecida Ferreira Hugo Leonardo Menezes de Carvalho Layne Vitória Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80520080418</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>249</b>
SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS CERRO LARGO DA UFFS COM RELAÇÃO AO MODELO DE GESTÃO OPERACIONAL ADOTADO	
Sandro Adriano Schneider	
DOI 10.22533/at.ed.80520080419	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>268</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>269</b>

## QUALIDADE DA AUDITORIA, GOVERNANÇA E VALOR DE MERCADO: UM ESTUDO PARA O MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO ENTRE 2010 E 2017

Data de aceite: 27/03/2020

### **Naiara Leite dos Santos Sant' Ana**

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis - FEAAC  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
E-mail: naiarasantana@ufc.br

### **Paulo Celso Pires Sant' Ana**

Mestre em Controladoria e Finanças - CEPCON  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
E-mail: santanapcelso@gmail.com

### **Aureliano Angel Bressan**

Professor Titular do Departamento de Administração - FACE  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
Faculdade de Ciências Econômicas – FACE/  
UFMG – Campus Pampulha  
E-mail: aureliano.bressan@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo neste trabalho, foi o de construir um índice de governança corporativa das companhias do Ibovespa, para os anos 2010 a 2017 e, analisar a relação entre esse e o valor de mercado das empresas. A amostra foi constituída por 26 empresas as quais permaneceram constantes em todos os rebalanceamentos da carteira. O artigo contribui com a percepção da qualidade da auditoria como um importante aspecto dentre as boas práticas de governança corporativa. O índice de

governança foi construído por meio do método de componentes principais cujas dimensões observadas, foram: composição do conselho de administração, estrutura de propriedade e controle, compensação aos gestores, proteção dos acionistas minoritários, transparência, e qualidade da auditoria independente. Conclui-se que a qualidade da auditoria é a dimensão que mais tem relevância para as melhores práticas de governança corporativa, com 30,87%, seguida por proteção aos acionistas minoritários, com 20,33%; compensação aos gestores, 16,65%; estrutura de propriedade e controle, 13,99%; composição do conselho de administração, 10,15% e, por último, transparência, 8,01%.

**PALAVRAS-CHAVE:** Índice de Governança Corporativa; Qualidade da Auditoria; Valor de Mercado; Método de Componentes Principais

### AUDIT QUALITY, GOVERNANCE AND MARKET VALUE: A STUDY FOR THE BRAZILIAN STOCK MARKET BETWEEN 2010 AND 2017

**ABSTRACT:** The aim of this paper was to construct a corporate governance index of Ibovespa companies for the years 2010 to 2017 and to analyze the relationship between this and the companies' market value. The sample consisted of 26 companies which



remained constant in all portfolio rebalances. The article contributes to the perception of audit quality as an important aspect of good corporate governance practices. The governance index was constructed using the principal components method, whose dimensions observed were: composition of the board of directors, ownership and control structure, compensation to managers, protection of minority shareholders, transparency, and quality of independent audit. It is concluded that the quality of the audit is the most relevant dimension for the best corporate governance practices, with 30.87%, followed by protection to minority shareholders, with 20.33%; compensation to managers, 16.65%; ownership and control structure, 13.99%; composition of the board of directors, 10.15% and, lastly, transparency, 8.01%.

**KEYWORDS:** Corporate Governance Index; Audit quality; Market Value; Main Component Method

## 1 | INTRODUÇÃO

São intrínsecos à separação de propriedade e controle a delegação de poder e a ocorrência de assimetria informacional sendo, portanto, pontos a serem trabalhados pela governança corporativa (SABBATINI, 2010). Percebe-se, como uma situação difícil de acontecer, a maximização da utilidade dos acionistas por meio das decisões dos gestores (LADEIRA, 2009), pelo fato de os últimos atuarem em prol de seus próprios interesses. Como forma de minimizar esse conflito, tem-se a alternativa de remunerar o gerente, em parte, com ações (WESTON, 1969). Segundo Silva, Bonfim, Gonçalves e Ninyama (2018), as boas práticas de governança corporativa podem ser mensuradas por meio de uma série de dimensões, tais como composição do conselho de administração, estrutura de propriedade e controle e, compensação aos gestores. Além destas categorias, neste trabalho analisam-se proteção dos acionistas minoritários, transparência e qualidade da auditoria independente. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi o de construir um índice de governança corporativa – IGC 2019 das companhias do Ibovespa, para os anos 2010 a 2017 e, com o objetivo de analisar a relação de seus componentes e o valor de mercado das companhias abertas no Brasil.

Na oportunidade em que se perceberam as boas práticas de governança corporativa como minimizadoras dos conflitos de agência entre os interesses dos diretores e acionistas das firmas, tais mecanismos tornaram-se alvo das organizações (VIEIRA *et al.*, 2011). Boa parte das melhores práticas da governança corporativa se baseiam nas evidências acerca da qualidade do trabalho desempenhado pelos agentes, fornecidas pelas informações contábeis, com o objetivo de reduzir os conflitos entre agente e principal (BUSHMAN e SMITH, 2001; SLOAN, 2001). Hung e Cheng (2018) enfatizam a importância de os auditores terem um maior cuidado com a auditoria, principalmente nos casos em que as empresas realizam uma

grande quantidade de transações complexas, pois são esses os casos mais comuns de assimetria informacional, falhas de auditoria e responsabilização de auditores. Negociações nas quais o agente tem informação privilegiada em relação ao principal acontecem com assimetria informacional (MYERS e MAJLUF, 1984). A atuação de auditores é observada como uma maneira de melhorar a credibilidade e a qualidade das informações contábeis, diminuindo, assim, a assimetria informacional (WATTS e ZIMMERMAN, 1983). A divulgação de informações úteis privilegia a qualidade da decisão de investimento por parte dos *stakeholders* (BRIGHAM, GAPENSKI e EHRHARDT, 2001). As firmas que atentam para questões relacionadas à ética e à conduta são as que geram mais lucros para os acionistas (SROUR, 2008).

## 2 | LITERATURA RELACIONADA

### 2.1 Custos de Agência, Assimetria Informacional e Sinalização

Para Matos (2001), os custos de agência podem ser descritos como o resultado da subtração entre o valor ideal da firma (na ausência de conflitos de interesse) e seu valor real (mensurado por meio da negociação entre as partes). Assim, o autor demonstra que, para se encontrar uma estrutura ótima de capital, é necessário que a firma busque minimizar os custos de agência envolvidos, também entre os próprios acionistas e gestores. Além dos custos incorridos com a preparação da companhia para a modificação na estrutura de propriedade, é necessário incorrer em custos de monitoramento e controle. Os gestores, na busca por maximizar a sua utilidade, nem sempre o fazem de acordo com o interesse dos proprietários e, como consequência, pode haver redução na qualidade da informação contábil (SCHIPPER, 1989). A manipulação das demonstrações contábeis, de forma a mascarar o desempenho financeiro real da companhia, pode ser realizada para prejudicar o entendimento dos usuários da informação, assim como para influenciar o estabelecimento de contratos (HEALY e WAHLEN, 1998). Bushman e Smith (2001) encontraram evidências de que a divulgação transparente das informações influencia positivamente a governança corporativa, reduzindo os possíveis problemas de agência entre acionistas e administradores.

De acordo com Okimura (2003), o processo da governança corporativa é constituído de uma série de estruturas, regulamentos e acordos legais entre o principal e o agente. Consubstancia-se por meio de um contrato entre as duas partes, no qual o objetivo é alinhar os interesses e gerar riqueza. Nessa linha, para Love (2011), uma governança corporativa mal implementada gera o incremento dos custos de agência. Segundo Myers e Majluf (1984), a assimetria informacional ocorre quando uma das partes envolvidas em transações, administradores, tem alguma informação privada relevante, sem que os investidores possam acessá-las. Khalil *et al* (2019)

encontraram evidências de que assimetria informacional tem impacto no mercado de capitais e que a tempestividade da informação financeira tem papel de destaque nessa influência. Em seu trabalho seminal analisando o mercado estadunidense de carros usados, Akerlof (1970) formulou o preceito de que, em transações marcadas pela assimetria informacional, a parte detentora de melhores informações fará uso desse desequilíbrio em proveito próprio. Dessa forma, o mercado ficará com excesso de contratos caracterizados como de má qualidade, tornando-se desbalanceado.

Segundo Malacrida e Yamamoto (2006), a divulgação contábil consiste em uma fundamental ferramenta para mitigar a assimetria informacional presente no mercado de capitais e registrada como uma das causas basilares das diferenças entre os custos de capital e o valor da empresa. Hung e Cheng (2018) atrelam o alto risco da auditoria a questões de assimetria informacional, indicando que o aumento da complexidade das informações eleva a assimetria informacional e diminui a transparência. Spence (1973), em trabalho seminal sobre os mercados de trabalho, avaliou maneiras de candidatos a um emprego se comportarem, no intuito de reduzirem a assimetria informacional que prejudicasse a capacidade de serem selecionados por potenciais empregadores. Este estudo desencadeou vários outros na literatura, aplicando a teoria da sinalização a cenários de seleção que ocorrem em diversas disciplinas, da antropologia à zoologia (BIRD e SMITH, 2005).

## 2.2 Governança corporativa e Valor de Mercado

Os interesses dos usuários da informação contábil, assim como o alcance efetivo do objetivo do negócio, são percebidos por meio de um conjunto de práticas e comportamento, denominado governança corporativa (BENITES e POLO, 2013). Após as fraudes contábeis de grandes companhias, como a *Enron* e a *WorldCom*, e a percepção de desvios éticos, que ocorreram no início do século XXI, a atenção voltou-se para empresas com informações transparentes e fidedignas. E companhias que se esforçam no sentido de promover a redução do conflito entre agentes, expropriação do acionista, maior independência dos auditores, para que os interesses dos investidores sejam protegidos. A principal estratégia corporativa para fazer frente ao aumento substancial do volume das transações econômicas e buscar padrões elevados de governança corporativa foi a adoção de sistemas informatizados, os quais agilizam os processos de negócios e contribuem para aperfeiçoar o controle interno das empresas (LANG e LUNDHOLM, 2000; SLOAN, 2001; LEUZ, NANDA e WYSOCKI, 2002; ALMEIDA e ALMEIDA, 2009; SILVA *et al.*, 2018 e VAZ, 2018).

No trabalho de Brown e Caylor (2006) foi encontrado que ocorre acréscimo no valor de mercado da firma quando o conselho de administração não é presidido pelo executivo chefe da companhia. Segundo Coombes e Wong (2004), a distinção das

funções é desejável para que não se perca no quesito independência. A instalação de um comitê de auditoria independente (BAXTER e COTTER, 2009; AHMED e HENRY, 2012) e o tamanho do conselho de administração têm relação com o incremento da qualidade da informação contábil reportada aos *stakeholders*. A auditoria externa e os conselhos fiscal e da administração atuam como mediadores entre os interesses dos proprietários e gerentes (LADEIRA, 2009). A independência do conselho de administração pode ser percebida como reduzida, se a propriedade da companhia for concentrada, devido ao fato de a indicação dos membros do conselho ser realizada, em vários casos, pelo acionista majoritário (TINOCO, ESCUDER e YOSHITAKE, 2011). Tal fato pode acentuar os conflitos existentes entre minoritários e controladores e deturpar o objetivo do conselho de administração, que é o de atender aos interesses de todos os acionistas (MINADEO, 2019). Este último autor, pontua que essa situação pode ser amenizada por meio da instauração do conselho fiscal.

Jensen e Meckling (1976) definem a estrutura de propriedade como uma relação entre quantidade de recursos alocados por gestores e investidores. A estrutura de propriedade e o controle variam bastante entre países, afetando diretamente o nível de governança corporativa. Silveira (2015), avaliando o cenário brasileiro, no qual há elevada concentração acionária, constatou que os principais conflitos de governança decorrem da sobreposição dos acionistas majoritários aos minoritários. No estudo de Leal *et al.* (2002) constatou-se que, no país, mesmo quando não há um acionista controlador, as companhias, comumente, acabam por ser controladas pelos três maiores acionistas, levando ao estreitamento do controle e a possíveis conflitos de governança entre as partes. Trata-se do reflexo da reduzida proteção legal aos investidores e da elevada concentração de propriedade e controle (BERNHOEFT e GALLO, 2003).

Nos estudos de Hall e Liebman (1998) ficou demonstrado que o desempenho do gestor está atrelado positivamente à sua compensação, principalmente com o aumento do valor das ações que ele detém. Já para Wong (2009), para que os gestores atuem sempre no melhor interesse da companhia, os incentivos financeiros fazem-se vitais, visto que os investidores externos não têm meios de acompanhar todos os processos internos da empresa. Para Krauter (2013), há evidências de que o resultado financeiro das firmas brasileiras é influenciado diretamente pelo esquema de remuneração dos gestores. No intuito de determinar a remuneração dos gestores, é interessante que os acionistas desenvolvam indicadores de desempenho que funcionem como uma variável *proxy*, a fim de se obter a medida de esforço dos agentes (MATOS, 2001).

A proteção aos acionistas minoritários é uma medida de governança corporativa fundamental para o equilíbrio do mercado, pois essa é uma proteção jurídica que



visa garantir o direito de participação dos acionistas minoritários nas companhias. De acordo com La Porta *et al.* (1998), os direitos são exercidos em maior ou menor grau, dependendo do ambiente legal do país em que as empresas operam. No Brasil, a Lei nº 10.303/2001 e, mais recentemente, a Lei nº 13.303/2016, têm o objetivo de permitir maior acesso do pequeno investidor ao mercado de valores mobiliários, por meio da negociação com sociedades anônimas de capital aberto e/ou sociedades de economia mista. Essas leis, têm o intuito de proporcionar maior amparo e segurança aos investidores, estabelecendo regras a serem seguidas por todos, protegendo o interesse daqueles que detêm uma fatia menor das companhias.

Como forma de reduzir a assimetria e aumentar a transparência, de acordo com as boas práticas de governança corporativa, tem-se a sugestão de que as companhias publiquem informações adicionais. Como exemplos, citam-se o código de conduta, também denominado código de ética, e a política de negociação de ações. “A criação e o cumprimento de um código de conduta elevam o nível de confiança interno e externo na organização e, como resultado, o valor de dois de seus ativos mais importantes: sua reputação e imagem” (IBGC, 2015, p. 93). Os membros dos conselhos das empresas de capital aberto vêm se preocupando com questões éticas, devido à Reputação das companhias (SECURATO, 2003). Dentre as práticas que devem ser adotadas pelas empresas, de acordo com o indicado no código de conduta delas, destacam-se “fomentar a transparência, disciplinar as relações internas e externas da organização, administrar conflitos de interesses, proteger o patrimônio físico e intelectual, e consolidar as boas práticas de governança corporativa” (IBGC, 2015, p. 94).

A propensão à contratação de uma firma de auditoria *Big Four* é maior quando se observam conflitos e custos de agência expressivos (FAN; WONG, 2005). A função do auditor é a de restringir a assimetria de informações entre as partes (DANG, 2004) e, dessa forma, representar um acréscimo na qualidade das demonstrações contábeis (BECKER *et al.*, 1998). O tempo decorrido entre a divulgação das demonstrações contábeis e a divulgação do relatório de auditoria é denominado *audit delay*, na literatura internacional, e é considerada um indicativo para qualidade da auditoria Ashton *et al.* 1987; Johnson, 1998; Imam I 2001; Afify, 2009; Braunbeck, 2010, Quando o auditor detectar um maior risco, advindo de um controle interno fraco, maiores serão os honorários cobrados (HOGAN e WILKINS, 2008; CHUNG e WYNN, 2014). Dessa forma, boas práticas de governança corporativa podem fortalecer o controle interno e, conseqüentemente, diminuir os honorários pagos (BEDARD e JOHNSTONE, 2004; MUNSIF *et al.*, 2011).

Posto que o lucro é o principal interesse do investidor, percebe-se um aumento da qualidade das informações contábeis advindas da atuação do comitê de auditoria, uma vez que os membros são selecionados pelos acionistas majoritários

e minoritários. O conservadorismo condicional tem relação com a informação contábil reportada com maior qualidade (BAIOCO e ALMEIDA, 2017). O mercado compreende como uma sinalização positiva a instalação de um comitê de auditoria (WILD, 1996). Os auditores externos são os profissionais responsáveis por verificar se as demonstrações financeiras são adequadamente apresentadas de acordo com as legislações regulamentadoras, bem como se elas refletem a condição econômica e os resultados operacionais reais da entidade. Compete a eles trabalhar no sentido de impossibilitar ações que possam vir a ser qualificadas como manipuladoras da realidade financeira da empresa (DANTAS e MEDEIROS, 2015).

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra foi composta por 26 empresas com ações constantes em todos os rebalanceamentos da carteira de ativos teórica Ibovespa no período de 2010 a 2017 e estão descritas no apêndice deste estudo. Analisaram-se, no total, 4.160 observações. Os dados foram obtidos por meio do sítio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Plataforma Quantum®.

O índice foi estimado por meio da análise de componentes principais. A análise de componentes principais (*principal component analysis*, ou PCA) é uma técnica estatística multivariada que tem por objetivo explicar a estrutura de variância e covariância de um conjunto de variáveis, por meio da construção de suas combinações lineares (MINGOTI, 2007). Segundo Alexander (2009), a análise de componentes principais pode ser aplicada a qualquer conjunto de séries estacionárias, sendo estas de alta ou baixa correlação entre si, porém, a técnica é mais bem empregada em sistemas altamente correlacionados. Os componentes principais podem ser estimados tanto pela matriz de covariância das variáveis originais quanto pela matriz de correlação. Quando estimados pela matriz de covariâncias, suas estimativas são influenciadas pela volatilidade dos dados e, caso estimados pela matriz de correlações, são influenciados pelas correlações entre as variáveis (ALEXANDER, 2009). Dessa forma, a análise de componentes principais estimada por meio da matriz de covariâncias pode ser de pouca utilidade, quando há muita discrepância entre as variáveis do modelo (MINGOTI, 2007). Nesse caso, utilizar a matriz de correlação promove a padronização das variáveis, de forma a minimizar os efeitos de variabilidades muito distintas, que é o caso da análise realizada neste artigo.

Segundo Alexander (2009), a PCA pode ser utilizada para solucionar problemas de dados ausentes e de variáveis explicativas colineares. Dessa forma, é possível condensar as informações em um número menor de variáveis (componentes principais) que não apresentam correlação entre si e com baixa perda de informações. A apuração dos componentes principais parte da decomposição da matriz de

correlação amostral  $R_{p \times p}$ , e podem ser expressas por:

$$Y_j = e_j'Z = e_{j1}Z_1 + e_{j2}Z_2 + \dots + e_{jp}Z_p, \quad j = 1, 2, \dots, p$$

em que:

$e_j$  é o autovetor normalizado correspondente ao autovalor;  $\lambda_j$  da matriz  $R_{p \times p}$ ;  $Z$  é a matriz de variáveis padronizadas.

Com isso, obtém-se um escore  $Y_j$  de cada componente para cada elemento amostral. A interpretação das componentes se dará pela correlação de cada variável com cada componente, que é calculada por:  $r_{Y_j, Z_i} = e_{ji}\sqrt{\lambda_j}$

Segundo Mingoti (2007), o sistema de variabilidade das  $p$  variáveis originais é aproximado pelo sistema que contém  $k$  componentes principais, sendo  $k < p$ , com a qualidade da aproximação medida por meio da proporção da variabilidade total dos dados que é explicada por esses componentes. Além disso, a autora ressalta a importância da utilização de componentes que tenham interpretação prática, mesmo que para isso seja necessário incluir na análise componentes que tenham baixo poder explicativo.

#### 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira dimensão é denominada composição do conselho de administração e contempla as variáveis tamanho do conselho efetivo e grau de independência deste conselho. A média e o desvio padrão a cada ano, e o total do período, são apresentados na Tabela 1.

Ano	Média	DP	Média	DP
	<u>TamConsEfet</u>	<u>TamConsEfet</u>	<u>GrauIndepCons</u>	<u>GrauIndepCons</u>
2010	8,9231	2,7846	0,1808	0,2485
2011	9,6538	2,1898	0,2283	0,2474
2012	9,1538	1,9327	0,2187	0,2415
2013	9,6154	2,0606	0,2351	0,2170
2014	8,8462	2,4280	0,2455	0,2442
2015	8,5000	2,6115	0,3225	0,2635
2016	9,0000	2,2978	0,3718	0,2536
2017	9,0385	1,9490	0,3894	0,2388
<b>Total</b>	<b>9,0913</b>	<b>2,2897</b>	<b>0,2740</b>	<b>0,2510</b>

Tabela 1 – Estatísticas descritivas para a dimensão “composição do conselho de administração”

Fonte: Resultados da pesquisa (2019).

O tamanho médio do conselho efetivo foi de 9,09 (com mínimo de 8,50 e máximo

de 9,65 membros), com desvio padrão de 2,2897. Por sua vez, a média para grau de independência do conselho foi de 0,2740, com desvio de 0,2510. Segundo o trabalho de Ferreira (2012), a mesma pessoa ocupando as funções de diretor executivo e presidente do conselho tem impacto negativo na eficiência. A segunda dimensão é denominada compensação aos gestores e contempla as variáveis remuneração total à diretoria executiva e variação desta remuneração. A média e o desvio padrão a cada ano, e o total do período, são apresentados na Tabela 2.

Ano	Média Remuneração	DP Remuneração	Média Variação	DP Variação
2010	16.899.726,19	20.050.015,59	1,35	3,49
2011	24.602.549,71	37.399.906,33	0,29	0,59
2012	22.786.253,52	21.764.037,00	0,25	0,52
2013	21.679.135,11	16.861.610,78	0,02	0,36
2014	22.963.477,43	17.828.823,87	0,59	2,37
2015	27.524.780,62	24.793.127,99	0,19	0,94
2016	22.987.913,48	19.124.827,64	0,08	0,71
2017	28.469.738,69	31.458.167,80	0,41	0,84
<b>Total</b>	<b>23.489.196,84</b>	<b>24.426.606,53</b>	<b>0,40</b>	<b>1,63</b>

Tabela 2 – Estatísticas descritivas para a dimensão “compensação aos gestores”

Fonte: Resultados da pesquisa (2019).

O ano de 2017 foi o que apresentou a maior média de remuneração no período, com valor total de R\$ 28.469.739,69, sendo este superior à média do período. A variação média desta remuneração foi de 0,40, com desvio padrão de 1,63. Toigo, Hien e Kroenke (2018) avaliaram as características fundamentais entre governança corporativa e desempenho, no contexto de fusões e aquisições com troca de controle, de 42 empresas, entre os anos de 2006 e 2010. Os autores concluíram, de forma geral, que o aumento dos mecanismos de governança, conjuntamente com o desempenho superior das firmas, auxiliou no monitoramento dos gestores pelos agentes, dirimindo, assim, possíveis conflitos de agência posteriores à mudança de controle. A terceira dimensão é denominada estrutura de propriedade e controle, e contempla as variáveis ações ordinárias com o maior acionista e com os três maiores acionistas, quantidade de maiores acionistas, e direito sobre o fluxo de caixa. A média é apresentada na Tabela 3.



Ano	Ações ON Maior Contr.	Ações ON3 Maiores Contr.	N Maior Acionistas	Dir. Fluxo Caixa
2010	0,39	0,59	3,35	0,27
2011	0,38	0,60	3,58	0,28
2012	0,38	0,61	3,69	0,28
2013	0,37	0,60	3,77	0,28
2014	0,41	0,64	3,69	0,32
2015	0,41	0,64	3,42	0,31
2016	0,38	0,60	3,65	0,29
2017	0,40	0,55	3,62	0,31
<b>Total</b>	<b>0,39</b>	<b>0,60</b>	<b>3,60</b>	<b>0,29</b>

Tabela 3 – Média para a dimensão “estrutura de propriedade e controle”

Fonte: Resultados da pesquisa (2019).

Observam-se, ao longo do período, pequenas variações na média das variáveis apresentadas, especialmente ações ON maior controlador e direito ao fluxo de caixa. Silva *et al* (2018) estudaram a relação entre qualidade do lucro e governança corporativa. Qualidade da auditoria, concentração de propriedade (ON), segmento diferenciado de governança corporativa, participação de instituições financeiras e participação do controlador nos fluxos de caixa (PN) foram as *proxies* para governança corporativa. Os autores concluíram que a qualidade do lucro é influenciada pela participação do controlador nos fluxos de caixa.

Proteção aos acionistas minoritários é a componente da quarta dimensão com as variáveis *payout*, direito de voto PN, internacionalização da empresa, e prioridade no reembolso, apresentados na Tabela 4.

Ano	<i>Payout</i>	Dir Voto PN	Internac. empresa	Prior. Reemb.
2010	0,13	0,04	0,46	0,42
2011	2,95	0,04	0,58	0,38
2012	1,70	0,04	0,50	0,38
2013	1,21	0,04	0,42	0,35
2014	1,03	0,04	0,50	0,35
2015	- 9,74	0,04	0,50	0,35
2016	2,20	0,04	0,46	0,35
2017	0,66	0,04	0,54	0,31
<b>Total</b>	<b>0,02</b>	<b>0,04</b>	<b>0,50</b>	<b>0,36</b>

Tabela 4 – Média para a dimensão “proteção aos acionistas minoritários”

Fonte: Resultados da pesquisa (2019).

Percebe-se que há alta variabilidade no *payout* médio ao longo do período, especialmente em 2015, único ano negativo cuja média foi de -9,74. Por outro lado, a variável direito de voto das ações preferenciais se manteve estável por todo o

período.

A quinta dimensão, denominada transparência, é composta por duas variáveis, conselho fiscal efetivo e código de conduta. Em relação ao código de conduta, a média ficou em 0,34, demonstrando que, no período, em 34% das vezes verificou-se a presença do código de conduta, com desvio padrão de 0,47. Para conselho fiscal efetivo, a média foi 3,41, com variabilidade de 1,79. A última dimensão é denominada qualidade da auditoria e contempla as seis variáveis: tempo de relacionamento auditor-cliente (*tenure*); especialização da firma de auditoria em determinado setor econômico (*expertise*); presença de comitê de auditoria (comitê); tempo transcorrido entre a divulgação das demonstrações contábeis pela empresa cliente e do relatório de auditoria, pela firma de auditoria; valor total em honorários recebidos pela firma de auditoria (honorários); e a verificação se a companhia é mais conservadora na contabilização de fatos que afetam o lucro (Conservadorismo – modelo Basu 1997). A média é apresentada na Tabela 5.

Estatística	<i>Tenure</i>	<i>Expertise</i>	Comitê	<i>Delay</i>	Honorários	Conservadorismo
Média	2,9712	0,5250	0,5845	72,8210	0,00012	-0,0043

Tabela 5 – Média para a dimensão “qualidade da auditoria”

Fonte: Resultados da pesquisa (2019).

Em relação à especialização, a média total para o período foi de 0,5250. A única variável negativa foi conservadorismo, com média de -0,0043.

A proposta, neste artigo, foi a construção de um índice de governança corporativa (IGC) para as empresas da amostra, composto a partir de 20 variáveis distribuídas em seis dimensões de análise que são: composição do conselho de administração, compensação aos gestores, estrutura de propriedade e controle, proteção aos acionistas minoritários, transparência e, qualidade da auditoria. Com vistas a reduzir o número de dimensões e propor um índice que seja representativo das variáveis *proxies* das boas práticas de governança corporativa, utilizou-se a análise de componentes principais (ACP). Ressalta-se que os dados passaram pelo processo de padronização por meio da subtração da média e divisão pelo desvio padrão. O objetivo deste procedimento é garantir que as ponderações no índice não sejam feitas pautando-se na diferença de unidade de medida, e sim na variabilidade dos dados. Na Tabela 6 apresentam-se os resultados do índice e as estatísticas descritivas.

Empresa	IGC	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
VALE3	0,7100	0,1636	0,5569	1,0000
EMBR3	0,5957	0,0391	0,5372	0,6568
BRFS3	0,5693	0,0540	0,5214	0,6652
UGPA4	0,5667	0,0613	0,4357	0,6185
LREN3	0,5280	0,0496	0,4751	0,5948
CCRO3	0,5159	0,0345	0,4729	0,5776
ABEV3	0,5010	0,0831	0,3170	0,5727
CSNA3	0,4875	0,0665	0,4272	0,6234
NATU3	0,4871	0,0600	0,4311	0,5768
FIBR3	0,4748	0,0540	0,4070	0,5825
BRKM5	0,4386	0,0668	0,3815	0,5764
RAIL3	0,4326	0,1192	0,2882	0,5644
CYRE3	0,4295	0,0262	0,3939	0,4766
LAME4	0,4188	0,0455	0,3549	0,4786
CPLE6	0,4184	0,0186	0,3897	0,4457
PETR3	0,4001	0,0538	0,3556	0,5297
USIM5	0,3926	0,0806	0,2029	0,4634
CMIG4	0,3922	0,0228	0,3686	0,4339
CSAN3	0,3917	0,0229	0,3572	0,4185
JBSS3	0,3818	0,0229	0,3382	0,4154
SBSP3	0,3716	0,0290	0,3191	0,4175
CPFE3	0,3655	0,0475	0,3104	0,4323
MRVE3	0,3624	0,1912	0,1255	0,4772
GOAU4	0,3553	0,0274	0,3036	0,3940
BRAP4	0,3440	0,0165	0,3122	0,3648
GGBR4	0,3340	0,0402	0,2650	0,3921

Tabela 6 – Índice de governança corporativa para as empresas da amostra

Fonte: Resultados da pesquisa (2019)

O índice de qualidade da governança foi calculado pela média ponderada de todos os componentes gerados, sendo os pesos dados pelas suas respectivas variâncias, conforme preconiza a análise de componentes principais. Em seguida, o indicador foi ajustado de forma que os resultados ficassem no intervalo entre 0 e 1, em que quanto maior for o valor, melhor a qualidade da governança corporativa. Silva e Martins (2018), analisando 213 empresas da B3, entre 2010/2013, estimaram um índice de qualidade de governança corporativa, o qual apresentou relevância explicativa ao mensurar valor da firma e da governança a partir de sete dimensões representativas (composição do conselho de administração, estrutura de propriedade e de controle, incentivo aos administradores, *disclosure*, proteção aos investidores, comitê de auditoria e assimetria de informação). A Vale foi a empresa que obteve o melhor IGC da amostra, com média de 0,7100. Pelo máximo é possível observar

que, em um dos anos, a empresa atendeu a todas as boas práticas de governança corporativa. Na parte contrária da Tabela, têm-se as ações da Gerdau (metalúrgica e siderúrgica – GOAU4 e GGBR4), com IGC abaixo de 0,4000. A média geral do IGC, conforme mostrado na Tabela 7, foi de 0,4487, com maior valor em 2017 (0,4861) e menor valor em 2010 (0,3849). Esta alteração de 2010 para 2017 significa um acréscimo de 26,29% no IGC.

Ano	Média	Mínimo	Desvio padrão	Máx.
2010	0,3849	0,1255	0,1249	0,6427
2011	0,4532	0,3104	0,1387	1,0000
2012	0,4428	0,2650	0,1030	0,7405
2013	0,4517	0,3432	0,0756	0,5972
2014	0,4320	0,1138	0,1062	0,6319
2015	0,4685	0,2882	0,0998	0,6794
2016	0,4700	0,3495	0,0864	0,6331
2017	0,4861	0,3403	0,1283	0,9053
<b>Total</b>	<b>0,4487</b>	<b>0,2670</b>	<b>0,1117</b>	<b>1,0000</b>

Tabela 7 – Evolução do índice de governança corporativa por ano

Fonte: Resultados da pesquisa (2019)

Nota-se que, em 2014, foi apurado o menor valor médio para o IGC de todo o período, sendo este de 0,1138. Tais resultados podem ser verificados na Tabela 10, anteriormente apresentada. Na pesquisa realizada por Peixoto (2012) o objetivo foi verificar a relação entre governança corporativa e desempenho, valor e risco de empresas listadas na B3 em períodos de crise e de não crise, nos anos de 2000 a 2009. Os principais resultados encontrados foram, a estrutura de propriedade e controle foi o mecanismo menos relevante em todo o período analisado; a compensação aos gestores – em momento de crise local- foi considerada a prática de governança corporativa mais relevante; proteção aos acionistas minoritários foi o mecanismo mais relevante – nos períodos de não crise e de crise global e o desempenho contábil e o risco não apresentaram relação significativa com o índice de qualidade da governança.

Quanto às medidas de valor, constatou-se que empresas bem governadas tiveram maior valor de mercado no período de crise global (2008-2009) e que os investidores exigiram menor taxa de retorno ajustada ao risco das empresas bem governadas no período da crise do *sub prime* americano. Observou-se, ainda, o IGC apurado por segmento de listagem de boas práticas de governança corporativa da Brasil, bolsa, balcão - B3, na Tabela 8. Na amostra há empresas pertencentes ao Nível I, ao Novo Mercado e ao segmento Tradicional. A maior média apurada foi para o Novo Mercado, com indicador em 0,4788, seguido do segmento Tradicional, com

IGC médio de 0,4629 e, por fim, o Nível I, com média de 0,3867.

Segmento de listagem	Índice de governança corporativa
<b>Nível I</b>	<b>0,3867</b>
BRADSPAR	0,3440
BRASKEM	0,4386
CIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	0,3922
CIA PARANAENSE DE ENERGIA	0,4184
GERDAU	0,3340
LOJAS AMERICANAS	0,4188
METALÚRGICA GERDAU	0,3553
USINAS SID DE MINAS	0,3926
<b>Novo Mercado</b>	<b>0,4788</b>
BRF	0,5693
CCR	0,5159
CIA SANEAMENTO BASICO SP	0,3716
COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,3917
CPFL ENERGIA S.A	0,3655
CYRELA BRAZIL	0,4295
EMBRAER	0,5957
FIBRIA	0,4748
JBS	0,3818
LOJAS RENNER	0,5280
MRV	0,3624
NATURA	0,4871
RUMO S.A	0,4326
ULTRAPAR	0,5667
VALE ON	0,7100
<b>Tradicional</b>	<b>0,4629</b>
AMBEV	0,5010
CIA SIDERURGICA	0,4875
PETROBRAS ON	0,4001
<b>Total</b>	<b>0,4487</b>

Tabela 8 – IGC por segmento de listagem

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Segundo Silva *et al.* (2018), a qualidade do lucro é influenciada pela participação em algum dos segmentos especiais de governança corporativa. Para Alexandre e Lopes Júnior (2018), as empresas listadas nos maiores níveis de governança corporativa, do setor de telecomunicações, tendem a ter inconformidades em seus relatórios. Por meio dos dados da Tabela 09 é possível observar a variação das melhores práticas de governança corporativa pelo tamanho da firma de auditoria.

Firma	Média de IGC
<b>Big Four</b>	<b>0,4498</b>
DTT	0,4369
EY	0,4500
KPMG	0,4724
PwC	0,4372
<b>Não Big Four</b>	<b>0,4261</b>
Baker Tilly	0,5825
BDO	0,3925
Grant Thornton	0,5387
<b>Total</b>	<b>0,4487</b>

Tabela 09 – IGC por firma

Fonte: Resultados da pesquisa (2019)

Percebe-se que, em média, as *Big Four* apresentam qualidade de governança corporativa superior. Entretanto, se analisadas isoladamente, observa-se a *Baker Tilly* como a firma de auditoria, não *Big Four*, que reflete em mecanismos de governança corporativa mais sofisticados. Todavia, há de se destacar o reduzido número de empresas auditadas por esta firma na amostra. Em segundo lugar, observa-se, também, uma firma de auditoria não *Big Four*, a *Grant Thornton*. O fato de os dois primeiros lugares terem sido ocupados por não *Big Four* contraria a afirmação de Aljifri e Moustafa (2007) de que o fato de a companhia ser auditada por firmas de auditoria *Big Four* é um fator significativo na probabilidade de se ter boas práticas de governança corporativa. A ACP permite que se apure o peso que cada uma das seis dimensões consideradas exerce no IGC. Os resultados são apresentados na Tabela 10.

Dimensão	Peso
Composição do conselho de administração	0,1015
Compensação aos gestores	0,1665
Estrutura de propriedade e controle	0,1399
Proteção aos acionistas minoritários	0,2033
Transparência	0,0801
Qualidade da auditoria	0,3087
<b>Total</b>	<b>1,0000</b>

Tabela 10 – Pesos das seis dimensões de governança no IGC

Fonte: Resultados da pesquisa (2019).

Ao se identificar a contribuição de cada dimensão para o IGC, foi possível verificar que a dimensão qualidade da auditoria é a que mais tem peso no índice, com 30,87%. Esta dimensão contempla as variáveis *Tenure*, *Expertise*, presença



do comitê de auditoria, *Delay*, honorários e conservadorismo. Este valor evidencia a importância da auditoria independente para as melhores práticas de governança corporativa. Em seguida, é destacada a importância da proteção aos acionistas minoritários, com peso de 20,33% e compensação aos gestores, com peso de 16,65%. Proteção aos acionistas minoritários é composta por *payout*, internacionalização da empresa, direito de voto PN e prioridade no reembolso. Já compensação aos gestores engloba a remuneração total à diretoria executiva, bem como sua variação ao longo do período.

Em ordem de relevância das melhores práticas de governança corporativa, a composição do conselho de administração ficou em penúltimo lugar. Erkens, Hung e Matos (2009) pesquisaram o desempenho de governança corporativa de 296 companhias financeiras, durante a crise mundial de 2008, concluindo que aquelas cujos conselhos atuam de forma mais independente obtiveram maiores oportunidades de captação de recursos. Seguindo esse raciocínio, a transparência, constituída pelas *proxies* código de conduta e conselho fiscal, apareceu em último lugar. Entretanto, no trabalho de Baioco e Almeida (2017) foram encontrados resultados que indicam que a presença de conselho fiscal permanente pode ser considerada uma prática eficiente de governança corporativa.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a companhia pulverize o seu capital, torna-se necessária uma série de mudanças, para se adequar às exigências da B3. Após a abertura de capital, as empresas precisam atentar para a qualidade das informações contábeis que serão reportadas aos acionistas atuais, futuros e demais stakeholders. A reputação da companhia deve ser preservada e a empresa depende de uma sinalização positiva emitida ao mercado para que tenha um reflexo também positivo no valor de mercado dessa. O objetivo neste trabalho, foi o de construir um índice de governança corporativa – IGC 2019 das companhias do Ibovespa, para os anos 2010 a 2017 e, analisar a relação entre esse e o valor de mercado das empresas. O artigo contribui, em especial, com a percepção da qualidade da auditoria como um importante aspecto dentre as boas práticas de governança corporativa. O índice de governança corporativa foi construído por meio do método de componentes principais cujas dimensões observadas, foram: composição do conselho de administração, estrutura de propriedade e controle, compensação aos gestores, proteção dos acionistas minoritários, transparência e qualidade da auditoria independente.

Conclui-se que a qualidade da auditoria é a dimensão que mais tem relevância para as melhores práticas de governança corporativa, com 30,87%, seguida por proteção aos acionistas minoritários, com 20,33%; compensação aos gestores,

16,65%; estrutura de propriedade e controle, 13,99%; composição do conselho de administração, 10,15% e, por último, transparência, 8,01%. Os principais resultados do artigo, confirmam, empiricamente, as afirmações presentes na teoria que discorrem sobre a importância da qualidade da auditoria para as melhores práticas de governança corporativa. Entende-se como limitação da pesquisa a amostra ser constituída pelas empresas do Ibovespa em detrimento de todas as companhias listadas na B3. Sugere-se, em pesquisas futuras, a ampliação da amostra de forma a abranger as demais companhias listadas na B3, incluindo as do setor financeiro.

## REFERÊNCIAS

AHMED, K.; HENRY, D. Accounting conservatism and voluntary corporate governance mechanisms by Australian firms. **Accounting & Finance**, 52, 2012.

ALEXANDER, C. **Market Risk Analysis, Value at Risk Models**. John Wiley & Sons, 2009.

ALEXANDRE, N. O.; LOPES JUNIOR, E. P. Análise da relação entre níveis diferenciados de governança corporativa e inconformidades dos relatórios dos auditores independentes. RACEF – **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. 9(1), 64-77, 2018.

ALJIFRI, K.; MOUSTAFA, M. The Impact of Corporate Governance Mechanisms on the Performance of UAE Firms: An Empirical Analysis. **Journal of Economic and Administrative Sciences**, 23(2), 71-93, 2007.

ALMEIDA, J. E. F. de; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e Earnings Management – Estudo Empírico nas Empresas Abertas Auditadas pelas Big Four e Non Big Four. **Revista Contabilidade e Finanças USP**, São Paulo, 20(50), 52-74, 2009

AKERLOF, G. A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**. 84(3), 488-500, 1970

BAIOCO, V. G., & Almeida, J. Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, 28(74), 229-248, 2017.

BAXTER, P.; COTTER, J. Audit committee and earnings quality. **Accounting and Finance**, 49(2), 267-290, 2009.

BECKER, C. L.; Defond, M. L.; JIAMBALVO, J.; Subramanyam, K. R. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary accounting research**, 1998.

BEDARD, J. C.; JOHNSTONE, K. M. Earnings manipulation risk, corporate governance risk, and auditors' planning and pricing decisions. **The Accounting Review**, 79(2), 277-304, 2004.

BENITES, L. L. L.; Polo, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: Governança Corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Marisa. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, 6, Edição Especial, 195-210, mai/2013.

BERNHOFTE, R.; GALLO, M. **Governança na empresa familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BHATTACHARYA, S. An exploration of non-dissipative dividend-signaling structures. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, 14, 667-668, 1979.

- BIRD, R. B.; SMITH, E. A. Signaling theory, strategic interaction, and symbolic capital. **Current Anthropology**, 46: 221-248, 2005.
- BRASIL. **Lei n. 13.303**, de 30/06/16. Diário Oficial. República Federativa do Brasil: Poder Executivo. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. **Lei n. 10.303**, de 31/10/01. Diário Oficial. República Federativa do Brasil: Poder Executivo. Brasília, DF, 2001.
- BRIGHAM, E. F., GAPENSKI, L. C.; EHRHARDT, M. C. **Administração financeira: teoria e prática**. Tradução Alexandre Loureiro Guimarães Alcântara e José Nicolas Albuja Salazar. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRIS, A., BRISLEY, N. ; CABOLIS, C. Adopting better corporate governance: Evidence from cross-border mergers. **Journal of Corporate Finance**, 14(3), p. 224-240, 2008.
- BROWN, L. D.; CAYLOR, M. L. Corporate governance and firm performance. **Journal of Accounting and Public Policy**. 25(4), 2006.
- BUSHMAN, R.; SMITH, A. Financial Accounting Information and Corporate Governance. **Journal of Accounting and Economics**. 32, 237-333, 2001.
- CERDA, A. C. **Tender Offers, Takeovers and Corporate Governance**. São Paulo: The Latin America Corporate Governance Roundtable, 2000.
- CHUNG, K.; PRUITT, S. A simple approximation of Tobin's Q. **Financial Management**, 23(3), 70-74, 1994.
- CHUNG, H. H.; WYNN, J. P. Corporate governance, directors' and officers' insurance premiums and audit fees. **Managerial Auditing Journal**, 29(2), 173-195, 2014.
- CONNELLY, B. L.; CERTO, S. T.; IRELAND, R. D.; REUTZEL, C. R. Signaling theory: A review and assessment. **Journal of Management**, 37(1), 39-67, 2011.
- COOMBES, P.; WONG, Chiu-Yin. Chairman and CEO: one job or two. **The Mckinsey Quartely**, n. 02, 2004.
- DANG, L. **Assessing actual audit quality** (Thesis Ph.D). Drexel University, Philadelphia, Pennsylvania, USA, 2004.
- DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos. **Revista Contabilidade & Finanças**, 26(67), 43-56, 2015.
- DECHOW, P. M.; SCHRAND, C. M. **Earnings quality**. Research Foundation of CFA Institute, p. 1-160, 2004.
- DYE, Ronald. Disclosure of non proprietary information. **Journal of Accounting Research**, 23(1), 123-145, 1985.
- ERKENS, D., HUNG, M.; MATOS, P. P. **Corporate governance in the 2007-2008 Financial crisis: evidence from financial institutions worldwide**. ECGI -Finance Working Paper n. 249, CELS 4th Annual Conference on Empirical Legal Studies Paper, 2009.
- FAN, J. P. H.; WONG, T. J. Do external auditors perform a corporate governance role in emerging markets? Evidence from East Asia. **Journal of Accounting Research**, 43(1), 35-72, 2005.

- FERREIRA, R. N. **Governança corporativa e desempenho: uma análise em empresas brasileiras de capital aberto** (Tese de Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil, 2012.
- GREENE, W. H. **Econometric analysis**, 5th. Ed. Upper Saddle River, NJ, p.89-140, 2003.
- HALL, B. J.; LIEBMAN, J. B. Are CEOs really paid like bureaucrats? **Quartely Journal of Economics**, 103(3), 653-691, 1998.
- HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting horizons**, 13(4), 365-383, 1999.
- HOGAN, C. E.; WILKINS, M. S. Evidence on the Audit Risk Model: Do Auditors Increase Audit Fees in the Presence of Internal Control Deficiencies? **Contemporary Accounting Research**, 25(1), 219-242, 2008.
- HUNG, Yu-Shun; CHENG, Yu-Chen. The impact of information complexity on audit failures from corporate fraud: Individual auditor level analysis. **Asia Pacific Management Review**, 2018.
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5 ed. São Paulo: IBGC, 2015.
- IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo , 16(38), 7-19, Aug/2005.
- JENSEN, M.C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, 3(4), 1976.
- KERR, R. B. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- KHALIL, S.; MANSI, S.; MAZBOUDI, M.; ZHANG, A. J. Information asymmetry and the wealth appropriation effect in the bond market: Evidence from late disclosures. **Journal of Business Research**, 95, 49-61, 2019.
- KRAUTER, E. Remuneração de Executivos e Desempenho Financeiro: Um Estudo com Empresas Brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, 7(3), 2013.
- LA PORTA, R.; LOPEZ-De-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Law and finance. **Journal of Political Economy**, 106(6), 1113-1155, 1998.
- LADEIRA, D. L. **Teoria dos Stakeholders no contexto da Governança Corporativa: um estudo de caso** (Dissertação de Mestrado). FUMEC, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2009.
- LANG, M. H.; LUNDHOLM, R. J. Voluntary Disclosure and Equity Offerings: Reducing Information Asymmetry or Hying the Stock? **Contemporary Accounting Research**, 17(4), 623-662, 2000.
- LEAL, R. P. C., SILVA, A. L. C.; VALADARES, S. M. Estrutura de controle das companhias brasileiras de capital aberto. **Revista de Administração Contemporânea**, 6(1), 7-18, 2002.
- LEUZ, C., NANDA, D.; WYSOCKI, P. D. Earnings Management and Investor Protection: An International Comparison. **Journal of Financial Economics**, 2002.
- LOVE, I. **Corporate governance and performance around the world: what we know and what we don't**. The World Bank Research Observer, 26(1), 2011.

LOPES, A. B. **The relation between firm-specific corporate governance, cross-listing and the informativeness of accounting numbers in Brazil.** Manchester. Thesis (Doctor of Philosophy Degree in the Faculty of Humanities) – Manchester Business School, University of Manchester, 2008.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Finança e Contabilidade**, São Paulo, 17(spe), 65-79, 2006.

MARQUES, M. C., CONDE, M. F. **Teoria da sinalização e da agência.** Org Revisores & Empresas, jul/set, 39-45, 2000.

MATOS, J. A. **Theoretical Foundations of Corporate Finance.** Princeton University Press. First Edition, Princeton, 2001.

MINADEO, R. Visão Geral sobre Governança Corporativa e Análises de Situações Empresariais Críticas à luz de seus Eixos Centrais. **Revista Organizações em Contexto**, 15(29), 39-67, 2019.

MINGOTI, S.A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada – uma abordagem aplicada.** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2007.

MUNSIF, V.; RAGHUNANDAN, K.; RAMA, D. V.; SINGHVI, M. Audit fees after remediation of internal control weaknesses. **Accounting Horizons**, 25(1), 2011.

MYERS, S. C.; MAJLUF, N. S. Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. **Journal of Financial Economics**, Amsterdam: North Holland, 13, Jul, 1984.

OKIMURA, R. T. **Estrutura de propriedade, governança corporativa, valor e desempenho das empresas no Brasil** (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2003.

PEIXOTO, F. M. **Governança Corporativa, Desempenho, Valor e Risco: Estudo das Mudanças em Momentos de Crise.** (Tese Doutorado em Administração) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2012.

ROSS, S. A. The economic theory of agency: The principal's problem. **The American Economic Review**, 63(2), 134-139, 1973.

SABBATINI, J. F. **Comunicação organizacional e Governança Corporativa: uma intersecção possível?** (Tese de Doutorado em Comunicação). USP, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

SCHIPPER, K. Commentary on earnings management. **Accounting Horizons**. Sarasota, 3, 91-102, dec/1989.

SECURATO, J. C. **Governança corporativa e fatores de referência gerencial** (Monografia de MBA). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2003.

SILVA, C. C. S., MARTINS, O. S. Reflexo da Qualidade de Governança Corporativa no Processo de Avaliação de Empresas. **Gestão & Regionalidade**. 34(102). Set-Dez, 2018.

SILVA, J.P.; Bonfim, M. P.; GONÇALVES, R. S.; NINYAMA, K. J. Qualidade do lucro versus governança corporativa: uma análise das companhias de utilidade pública listadas na b3. **Contabilidade Vista & Revista**, 29(1), 48-76, 2018.

SILVEIRA, A. **Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: teoria e prática.** Rio de Janeiro:

Elsevier, 2005.

SLOAN, R. Financial accounting and corporate governance: a discussion. **Journal of Accounting and Economics**, 32, 335- 347, 2001.

SPENCE, A. Michael. Job market signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, 83(3), 355-374, 1973.

SROUR, R. H. Ética empresarial. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 276 p, 2008.

TINOCO, J. E. P.; ESCUDER, S. A. L.; YOSHITAKE, M. O Conselho Fiscal e a Governança Corporativa: Transparência e Gestão de Conflitos. ISSN 1807-1821, UFSC, Florianópolis: **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 8(16), p. 175-202, jul./dez/2011.

TOIGO, L. A., HIEN, N.; KROENKE, A. Características predominantes de governança corporativa e desempenho pós-fusões e aquisições no Brasil. Enfoque: **Reflexão Contábil**. 37(4), 2018.

VIEIRA, K. M.; VELASQUEZ, M. D.; LOSEKANN, V. L.; CERETTA, P. S. A influência da governança corporativa no desempenho e na estrutura de capital das empresas listadas na Bovespa. **Revista Universo Contábil**, 7(1), 46-67, 2011.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Agency problems, auditing, and the theory of the firm: Some evidence. **The Journal of Law and Economics**, 26(3), 613-633, 1983.

WESTON, J. F. **Finanças de Empresas** (*Campo e Metodologia*). São Paulo: Atlas, 1969

WILD, J. The audit committee and earnings quality. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, 11(2), 247-276, 1996.

WONG, S. C. Y. Uses and Limits of Conventional Corporate Governance Instruments: **Analysis and Guidance for Reform** (Integrated version). Private Sector Opinion, Global Corporate Governance Forum, 2009.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acionista 214, 215, 219

Administração 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 32, 34, 37, 46, 49, 50, 51, 54, 56, 63, 64, 67, 80, 81, 82, 83, 88, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 103, 105, 109, 111, 122, 127, 139, 142, 155, 171, 172, 173, 175, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 197, 199, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 218, 221, 222, 226, 227, 228, 229, 230, 247, 248, 253, 266, 267, 268

American way of life 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33

Análise de componentes principais 217, 221, 222

Auditoria 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 90, 134, 138, 144, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 247

### B

Balanced scorecard 157, 159, 160, 161, 162, 169, 170

Bolsa de valores 232, 234, 246

Brasil 4, 6, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 21, 24, 32, 37, 38, 40, 41, 43, 48, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 91, 92, 93, 95, 99, 101, 110, 113, 114, 116, 127, 147, 157, 165, 169, 173, 177, 179, 197, 210, 212, 216, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 237, 238, 247, 248, 255, 266, 267

### C

Carreira 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 125

Coaching 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114

Commonkads 147, 151, 154, 158

Compliance 127, 128, 129, 134, 143, 145

Conhecimento 3, 28, 55, 58, 59, 66, 85, 104, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 120, 122, 123, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 169, 175, 179, 180, 182, 188, 190, 192, 249, 261, 262, 265

Consultoria 106, 127, 133, 134, 144

Consumo 12, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 25, 27, 31, 32, 41, 98, 194, 195, 196, 210, 261

Contabilidade 1, 4, 42, 53, 56, 64, 65, 66, 88, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 247, 248

Corrupção 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 91, 92, 93, 97

### D

Dano moral 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Demanda 8, 41, 61, 79, 88, 89, 91, 92, 108, 111, 150, 152, 165, 166, 167, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 257

Desempenho 8, 54, 55, 58, 83, 84, 85, 89, 90, 123, 136, 144, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 189, 190, 191, 196, 197, 213, 215, 219, 223, 226, 229, 230, 231, 254, 268

Dívida pública 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

## E

Empoderamento 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Empreendedor 11, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182

Empresa 2, 3, 5, 7, 8, 9, 15, 23, 29, 30, 31, 32, 51, 63, 99, 107, 110, 149, 153, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 208, 214, 215, 217, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 236, 238, 244, 245, 248, 252, 254, 256, 260, 265, 266

Ensino superior 101, 103, 105, 106, 112, 115, 127, 128, 132, 134, 135, 137, 139, 143, 144, 146, 250, 251

Estado 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 21, 22, 23, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 56, 62, 63, 70, 72, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 89, 90, 93, 95, 96, 97, 98, 122, 135, 138, 143, 159, 172, 198, 203, 208, 267

Estados unidos 3, 5, 6, 13, 14, 23, 24, 26, 29, 31, 32, 52, 138, 237

Estratégia 2, 41, 51, 60, 64, 85, 90, 97, 161, 165, 167, 170, 182, 210, 214, 268

## G

Gestão 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 80, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 102, 114, 116, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 136, 143, 144, 146, 147, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 168, 169, 170, 172, 173, 180, 182, 184, 186, 192, 195, 198, 200, 201, 209, 210, 230, 231, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 261, 265, 266, 267, 268

Governança 20, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 127, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 247

Governo 4, 6, 7, 11, 14, 23, 24, 28, 31, 32, 34, 38, 41, 42, 43, 46, 57, 58, 59, 80, 83, 84, 97, 104, 123, 129, 135, 136, 138, 142, 161, 175, 261

## H

Homicídio 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77

## I

Informação 13, 41, 51, 59, 66, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 92, 101, 103, 109, 122, 123, 141, 143,

158, 173, 175, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 197, 213, 214, 215, 217, 222, 227, 232, 233, 237, 245, 246, 247, 262, 264

Infraestrutura 9, 41, 84, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 157

Internacionalização 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 220, 226

## L

Lean six sigma 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158

## M

Melhoria contínua 149, 157

Mercado acionário 211

Metodologia 3, 58, 69, 96, 104, 105, 106, 120, 147, 148, 149, 150, 151, 158, 162, 168, 177, 179, 183, 192, 198, 202, 231, 248, 249, 254

Modelo 8, 10, 24, 72, 74, 75, 76, 77, 84, 85, 97, 129, 130, 135, 137, 138, 142, 143, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 202, 203, 207, 209, 217, 221, 237, 238, 249, 250, 253, 254, 256

## O

Organização 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 14, 28, 51, 61, 64, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 126, 132, 140, 141, 143, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 167, 168, 174, 175, 176, 185, 186, 188, 189, 191, 193, 196, 199, 216, 236, 249, 254, 257, 259, 260, 265

Orientação profissional 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 113, 115

## P

Planejamento 4, 8, 46, 48, 59, 60, 61, 64, 66, 87, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 139, 142, 144, 161, 162, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 188, 190, 196, 259

Plano de negócio 172, 174, 176, 177, 180, 181

Previsão de demanda 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208

## Q

Qualidade 1, 2, 10, 43, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 76, 103, 109, 116, 123, 125, 136, 138, 149, 150, 151, 155, 156, 161, 167, 175, 185, 189, 190, 191, 199, 200, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 236, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 259, 262, 264, 265, 266

## R

Regressão múltipla 67, 68, 69

Resultado 15, 25, 39, 44, 55, 61, 68, 69, 72, 75, 76, 77, 112, 118, 119, 147, 156, 164, 165,

188, 193, 213, 215, 216, 238, 239, 241, 242, 243, 246, 254, 255, 260, 262, 266

## S

Saúde 2, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 98, 105, 114, 116, 117, 168, 189, 252, 253

Setor aéreo 234, 239, 240, 246

Setor privado 4, 8, 39, 42, 57, 85, 236

Setor público 4, 5, 7, 8, 11, 37, 38, 39, 42, 54, 61, 64, 65, 81, 96, 135

Sistema único de saúde 50, 52, 53, 56, 57, 60, 63, 64, 65, 66

Sociedade 2, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 36, 55, 57, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 91, 92, 97, 104, 113, 116, 119, 121, 124, 125, 128, 135, 139, 141, 157, 247, 268

## T

Tomada de decisão 86, 112, 160, 161, 162, 166, 184, 186, 191, 192, 193, 196, 233, 254

## V

Valor de mercado 211, 212, 214, 223, 226

Vias públicas 94, 95, 96, 98, 99

Violência 67, 68, 69, 76, 77, 119

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**